



A HISTÓRIA DAS MENTALIDADES: TRAJETÓRIA, CONTROVÉRSIAS E PERSPECTIVAS PARA A CONTEMPORANEIDADE

Camila Klen de Oliveira¹, Germano Moreira Campos².

¹Graduanda em História pela Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhauçu (FACIG),
camilakleino@gmail.com

² Mestre e graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Coordenador e professor do curso de História da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhauçu (FACIG),
germcampso@yahoo.com.br

Resumo- Este artigo tem o intento de descrever os processos mais relevantes que efetivaram a história das mentalidades no campo historiográfico. Iniciando sua jornada ainda nos primórdios da Escola dos *Annales*, perpassando por um período de negligência por parte dos historiadores da demografia na segunda fase dos *annalistas* – conhecida comumente como “era Braudel” – até seu emprego, que deixa de ser exclusivamente da ótica do campo social, na longa duração. Revela as ferramentas e interdisciplinaridades utilizadas pelos historiadores da terceira geração – denominada por seus membros como Nova História – a fim de adentrarem nas mentalidades de outrora, tornando-a seu carro-chefe. Busca igualmente, entender as críticas que foram feitas aos historiadores das mentalidades e, o motivo pelo qual alguns a rejeitam como campo da historiografia.

Palavras-chave: *Annales*; Era Braudel; Historiografia; Mentalidades; Nova história.

Área do Conhecimento: História da Historiografia.

INTRODUÇÃO

Heterogêneos são os campos da historiografia contemporânea, os quais, a maioria desses, teve a sua gestação na quase década de 30 do século XX com o advento do movimento francês instaurado pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre e, comumente conhecido como Escola dos *Annales*. Com a criação da revista intitulada *Annales d'Histoire Économique et Sociale* em 1929 revelaram seu intento em construir uma nova maneira de se escrever a história e contrariavam a postura da escola metódica dita positivista: para Bloch e Febvre essa última modalidade (na qual reinavam soberanos Seignobos e Langlois) restringia o seu eixo teórico a uma história política, factual, historicizante, exacerbadamente apegada às fontes (documentos) e que relatava um viés no qual apenas grandes personagens se sobressaíam.

Como constituição básica de sua ruptura com os historiadores positivistas, os criadores dos *Annales* alicerçaram-se em alguns pilares que compunham sua força motriz: a interdisciplinaridade, a inserção do contexto histórico, a suplantação do nacionalismo, a relativização dos fatos, a rejeição ao discurso histórico centrado na política, a história global e o historiador como o construtor da história que incorpora a ideia de história-problema.

Essa interdisciplinaridade combateu de frente a historiografia positivista com seu teor historicizante

e timbre político. Ao tocar outros domínios das ciências sociais, o campo historiográfico dilatou-se e despontaram novas modalidades a serem utilizadas pelos *annalistas* em suas pesquisas: as primeiras a preponderarem nos setores da história foram aquelas de âmbito econômico e geográfico (nesse último, vemos um maior apreço de Bloch e Febvre para com a geografia desenvolvida por Vidal de La Blache). Contudo, mesmo que timidamente, a mentalidade começa a incitar os diretores dos *Annales* a desbravarem as abordagens da psicologia, sociologia e antropologia estrutural; domínios com ferramentas tão distintas entre si, mas utilizadas com certa imbricação pelos *Annales*.

O objetivo deste artigo é mostrar o surgimento da história das mentalidades, seus ápices e quase obliteração, através da discussão bibliográfica respaldada por historiadores como Dosse, Le Goff, Vainfas e Ariès. Pretende-se mostrar as diversas nuances desse campo tão polêmico da historiografia e, se de fato, trata-se de um domínio importante para aqueles que escrevem a história.

METODOLOGIA

Quando analisamos as várias ciências que hoje nos rodeiam e que tão importantes foram e são à vida de todos, chegamos, não raramente, a uma palavra: *resultado*. É aí também que vamos poder nos deparar com o conhecimento especial correspondente à ciência dos historiadores, onde

o resultado é traduzido em verdade e sua busca nem sempre obedeceu à mesma regra metodológica.

A história que hoje conhecemos deve muito ao tempo – à própria história digamos – em especial aos séculos XVIII e XIX, com suas afinidades e repulsas que se mostraram decisivas para a constituição do conhecimento histórico atual. É na Alemanha do séc. XIX que a história será profissionalmente reconhecida, separando-se das “belas artes”, onde a literatura era a chave-mestra. Nesse período o Positivismo (busca de leis) e a Escola Metódica (narrativa) se destacavam englobando nomes como August Comte, Fustel de Coulanges de um lado e especialmente Langlois e Seignobos, de outra via.

A Escola Metódica (historicistas), por discordar da busca de leis para os acontecimentos – oriundas da vertente cientificista – caracteriza a história como uma ciência do particular, carregada de subjetivismo: “a história, nascida de um gênero literário, continua a ser a menos metódica das ciências” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1944, p. 150) e ainda: “pela própria natureza de seus materiais, a história é imperiosamente subjetiva” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1944, p. 152); não se compeço de objetos reais. Aqui a ciência se caracteriza pelo relato da verdade onde, muito afetuosos às realidades passadas, os metódicos se lançariam aos arquivos para, através da pura aplicação dos documentos, apresentar a verdade; as coisas como elas “realmente aconteceram”.

Diante do problema de os fatos se mostrarem incompletos, desconexos, aparecia a imaginação construtiva do historiador que preencheria as lacunas existentes através da experiência vivida. “Em história nada vemos de real, a não ser papel escrito e monumentos ou produtos fabricados” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1944, p. 151). Não obstante à não-vivência do historiador no instante do acontecimento de que trata, os metódicos atuaram mediante interesses que norteavam seu modo de fazer história. Objetivos políticos e militares utilizavam a figura de grandes heróis individuais e de acontecimentos marcantes para lançar a fundação de uma nação – por exemplo a francesa. Essas figuras individuais continham em si toda uma época: passado singular e superficial.

As fontes utilizadas pela Escola Metódica eram preferencialmente os documentos escritos oficiais, possuidores de uma visão elitista. Segundo os metódicos, “tudo o que é possível já foi produzido” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1944, p. 152); – todos os documentos estão dados – sendo tarefa do historiador buscar, “retirar a poeira” dos arquivos (“celeiro de fatos”) e apresentá-los. Vale lembrar que as fontes é que produziam os fatos e não o historiador, obrigado a omitir-se em prol, da “impessoalidade” no relato da verdade, tão cara

aos historicistas. O passado era organizado em função de um presente que seria teleológico na visão temporal linear.

Seguindo com nossa viagem pelos elementos constituintes da história, nos defrontamos, agora no séc. XX, com a nova tendência apresentada pelos *Annales*. Essa nova escola, semelhantemente à anterior, guardava uma certa visão de progresso na história, embora o presente não seja visto como um fim último e perfeito; a existência de certas regularidades históricas faz certa alusão à visão cientificista e o passado não deveria ser julgado pelos olhos de hoje – cada época tem sua importância e suas características. Mas no lugar da ambição de compreender o todo através de um recorte, agora interessaria a relação entre esses vários recortes.

Através dos *Annales* a história passa a se relacionar aos demais conhecimentos humanos (geografia, economia, arqueologia e outros) e a invenção da interdisciplinaridade ampliaria consideravelmente a visão que se tem sobre os documentos; onde esses deixam de ser apenas os escritos conservados em arquivos. Eles vão buscar também as esculturas, atividades econômicas, fontes não oficiais. Ganharia importância as manifestações da sociedade e as classes menos favorecidas se tornariam agentes históricos de elevada importância para se analisar as transformações e permanências ao longo da história.

Com sua crítica o historiador se lançaria aos documentos retirando deles inclusive aquilo que se encontrasse oculto em seus dizeres, pois, de acordo com Marc Bloch, as fontes “dizendo podem não dizer” (BLOCH, 2001, p. 127) e vice-versa. A crítica dos *Annales* consistia na sua ciência, onde não haveria verdade absoluta e não existiria e pura crença nos documentos, como ocorria nos metódicos. Fala-se em “fato social” quando a participação de todo o povo – valorização do coletivo – tem sua importância destacada e pode ser relacionada a outras ocorrências, possibilitando uma conjuntura composta por elementos econômicos e sociais. Seria a destituição do individual e, de acordo com a “maior distância emocional do observador” (GINZBURG, 1990, p. 173). A escola anterior, ao abster-se da filosofia, afasta-se das ciências humanas e dificulta que, segundo Hegel, o povo “internalize o que está ocorrendo à sua volta”, se reconheça nesses fatos.

O objeto dos *Annales* seria construído pelo intelecto do estudioso (onde a problematização estaria presente) e ampliaria consideravelmente a visão possível de se ter sobre a história, delimitada, profunda, onde os detalhes teriam importância; sem a presença de um testamento antecipadamente produzido. O conhecimento do

passado – e dos homens – serviria para compreender o presente e o próprio passado e não tentar explicar algo, como faziam os historicistas através de sua narrativa interessada em “fechar o tempo”. Vale destacar também a mudança na forma de se ver o tempo, quando Braudel propõe, em sua “longa duração” (BRAUDEL, 1978), uma valorização da estrutura frente aos acontecimentos esparsos.

Através do que foi exposto, podemos notar que a história – como ciência – não se constitui de forma uniforme; passou por conflitos e afinidades entre as suas várias gerações ao longo dos séculos. Se os *Annales* foram mais evoluídos no relato do real que os metódicos não temos autoridade para dizê-lo, o que podemos ter é uma transição de um modo mecânico de lidar com os documentos para uma forma mais questionadora, que impõe relações. Mas cada escola, em seu tempo, contribuiu ao máximo com suas ferramentas ao conhecimento dos métodos que hoje possuímos para tratar a história: ainda um “elo entre literatura e ciência”, segundo Hayden White (WHITE, 1994, p. 101).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o mini dicionário Aurélio, a definição para mentalidade é “2. Conjunto das manifestações intelectuais e psíquicas de um indivíduo ou de um grupo” (AURÉLIO, 2004). Ao analisarmos o discurso de Lucien Febvre ainda nos primórdios dos *Annales*, veremos que a definição do dicionário de português apresenta similaridades com o pensamento do historiador em relação às mentalidades visto que ao escrever a história dessas, Febvre recorria ao campo da psicologia, pois entendia que para compreender essas mentalidades de outrora deveria contrapor o homem (individual) “[...] e o universo mental no qual ele intervém” (DOSSE, 2003, p. 126).

Sendo assim, Febvre ao escrever sobre personagens como Rabelais, Lutero ou Margarida de Navarra não buscava (como a corrente positivista) supervalorizar um único indivíduo, mas, através da mentalidade desse homem ter acesso as representações mentais de uma sociedade: ou seja, vinculá-lo ao estudo global e não isolá-lo, pois “O indivíduo é apenas o que sua época e o seu meio permitem que ele seja” (DOSSE, 2003, p. 128).

Ora, a história das mentalidades já nasceu controversa porquanto os primeiros diretores dos *Annales* (tidos também como criadores desse campo historiográfico) viam-na de formas díspares: “O mesmo interesse pelo mental, mas duas vias abertas e duas filiações para uma mesma escola histórica” (DOSSE, 2003, p. 127). Se para Febvre (como já constatado

anteriormente) a perspectiva da psicologia foi a mais atraente, não pode-se dizer o mesmo para Marc Bloch que, ao flertar mais com as ciências sociológica (de matriz Durkheimiana) e antropológica, revelou um caminho muito mais frutífero para essa nova modalidade, abrangendo um maior número de seguidores em comparação à corrente encaminhada por Lucien Febvre.

Os fatores que levaram a esse processo estão relacionados com as teorias vigentes quando os *Annales* iniciaram sua trajetória em direção às mentalidades: a interdisciplinaridade com a sociologia durkheimiana (outrora crítica da história como um campo efetivo das ciências sociais) desvendava a trajetória de análise que “[...] dedica mais tempo à descrição das práticas coletivas, simbólicas [...] dos diversos grupos sociais.” (DOSSE, 2003, p. 128), ou seja: a perspectiva proferida por Bloch se interligava de maneira mais articulada com a historiografia do social que perscruta a história do anônimo coletivo o qual foi um dos motes dos *annalistas*.

Essa historiografia que buscava a massa, que pesquisa àqueles que antes não tinham voz, estivera presente desde a primeira publicação da revista dos *Annales* ligada ao viés socioeconômico. Como então houve a convergência entre a história matemática e especializada (a econômica) e a que se movia pela psique, pela mentalidade? Ligavam-se pela história dos humildes, pelo braço do interesse no coletivo. Nas palavras de Philippe Ariès: “Os fatos econômicos (preços, salários, imposto, crédito, mercado) repercutiam na vida cotidiana de todos (carestia, miséria ou enriquecimento, fome, epidemias, mortalidade)” (ARIÈS, 2005, p. 210).

Febvre e Bloch utilizam diferentes modalidades para abranger todo o contexto, para atingir o intento de se fazer uma história global e inserem a história das mentalidades nessa nova concepção historiográfica. Não trata-se contudo de uma história meramente narrativa e sim de uma história-problema, uma maneira em que o historiador com seu olhar contemporâneo vê o passado, mas, na qual, o passado olha de volta para o mesmo.

Dois alertas são dirigidos àquele que se decide em trilhar a estrada das mentalidades: primeiramente, não conceber tal campo como meramente descritivo para não cair em um âmbito exclusivo de narrativa. Deve o indivíduo interrogar sua fonte, problematizá-la e não ater-se apenas a um tipo de investigação, sendo necessário utilizar de outros campos das ciências sociais para melhor efetivar seu trabalho: “Aquilo que o texto expressamente nos diz deixou de ser hoje o objetivo preferido de nossa atenção” (DOSSE, 2003, p. 135).

O segundo alerta feito envolve o erro mais tenebroso cometido por um historiador: a anacronia. O historiador enxerga o passado carregando junto a si todo o contexto de sua sociedade contemporânea e, corre o risco de transpor seus valores e imaginário a uma sociedade para a qual esses não tem significado algum ou um significado diverso do que lhes é conferido pelo investigador do passado.

Vimos a criação desse novo campo da historiografia, o qual, segundo Ariès (2005) sofreu uma obliteração na segunda geração dos *Annales*, tendo como principal nome da escola Fernand Braudel.

Essa segunda geração dos historiadores da história nova “negligenciaram” o imaginário e a psicologia coletiva ao tocar o campo social; preferiram o viés cultural e, o econômico foi privilegiado. Contudo, não foi uma economia positivista que prevaleceu: “uma história coletiva de ambição humanista, que possibilitava alcançar a vida das massas, a multidão dos pequenos, dos obscuros” (ARIÈS, 2005, p. 211).

O contexto econômico global após Segunda Guerra Mundial está por detrás da escolha feita pelos historiadores diante do legado que lhes foi deixado por seus antecessores: a França vê-se invadida pela internacionalidade e consumida pelo *boom* da prosperidade econômica que trouxe junto um estupendo crescimento da indústria e da urbanização. Os historiadores, a fim de buscarem no passado as raízes da economia de seu presente colocaram de lado a história das mentalidades. A mesma era vista como “[...] tempos menores, exagerando os aspectos arcaicos e retrógrados do passado, e difíceis de demonstrar, não científicos, pouco suscetíveis de um tratamento matemático” (ARIÈS, 2005, p. 212).

Não só a história econômica foi um vetor inexorável nessa segunda geração, mas a mesma não ficou conhecida por acaso como a “era Braudel”. Esse importante historiador introduziu o conceito de curta, média e longa duração na historiografia. Esse último conceito, a longa duração, será de importância maior para a história das mentalidades posteriormente. Resumidamente:

A “era Braudel” caracterizou-se, portanto, pela produção de grandes obras de *história total*, histórias sintéticas, ainda que recortadas monograficamente, com grande ênfase nos aspectos socioeconômicos e suas relações com o meio geográfico (VAINFAS, 1997).

No contexto da segunda fase dos *Annales*, as mentalidades ressurgem, porém, pela demografia. Devemos entender a demografia como uma das roupagens, um dos avatares utilizados pela história econômica.

O enfoque dessa demografia é o do regional pela história e economia, como, por exemplo, o estudo dos movimentos das populações de uma determinada área e os alimentos, a fome e as epidemias. A mesma visou manter coesos os aspectos demográficos e socioeconômicos inseridos no contexto cultural. O que antes (as mentalidades) foi rejeitado por não haver um respaldo científico tem agora uma base documentária quantitativa.

Ariès usou da demografia para adentrar o campo psicológico escondido nos dados demográfico. É necessário saber ler esses dados para entender quais resíduos das mentalidades ali estão escondidos: “[...] realidades de atitudes diante da vida, da idade, da doença, da morte [...]” (ARIÈS, 2005, p. 214).

Contudo, a transição não se deu instantaneamente. Os estudos de adaptação da população com determinados alimentos em uma fase econômica foram mais abordados pela primeira fase. Nesse momento que se leva em conta a demografia (sua releitura), analisa-se que essa assimilação não foi imediata, “[...] que entre o comportamento demográfico e o nível de recursos havia como que um sistema óptico que modificava a imagem do real [...]” (ARIÈS, 2005, p. 215).

Inseridos na “era Braudel” pode-se conceber que a mesma teve seus efeitos sobre os historiadores, levando-os a reconhecer na história a curta, média e longa duração. Labrousse reconhece que a história das mentalidades tem muito no que se respaldar, principalmente na longa duração pois “[...] a resistência das mentalidades localizadas é um dos grandes fatores da história lenta” (DOSSE, 2003, p. 301).

Após a aposentadoria de Fernand Braudel, Jacques Le Goff, em 1972, assume a presidência da *École*. Este, tem como linha de pesquisa as mentalidades. Tem-se então o que tanto Vainfas (1997) quanto Dosse (2003) formulam como o caminho que levou “da adega ao sótão”, que tem como significado a mudança da problematização da historiografia francesa que anteriormente teve sua atenção voltada para o socioeconômico e, que nessa terceira fase retorna para as mentalidades “[...] para os processos mentais, a vida cotidiana e suas representações” (VAINFAS, 1997).

Podemos observar que o curso da história no qual está ensartado o intelectual muda a concepção dos historiadores sobre seu objeto de estudo, portanto, a mentalidade daquele que escreve sofre a mutação junto à sociedade em que está localizado. Não só a mudança da direção dos *Annales* foi o motivo do apogeu das mentalidades, outrossim, a revolução cultural dos anos 60, teve seu lugar.

Na década de 1970 vê-se temas que outrora nunca foram focos de estudo tornando-se temas

de análise: crianças, famílias, sexualidade, delinquência, etc.. fontes como os testamentos sendo alvo de vários campos da historiografia. São os micro-temas invadindo as mentalidades e se distanciando da história global. Essa história das mentalidades conseguiu alcançar o grande público; trata-se de aspectos inerentes à toda sociedade, são estudos de objetos os quais a mesma pode “tocar”, pode entender.

Por conta dessa fragmentação, esse campo historiográfico passou a ser alvo de críticas por diversos historiadores. Para Geoffrey Lloyd (VAINFAS, 1997) tem-se um ônus com as pluralidades das mentalidades que existem concomitantemente na mesma sociedade. Dosse corrobora com a crítica a esse campo:

Muitas vezes, o novo historiador contenta-se em transcrever a evolução das representações e a maneira pela qual as pessoas percebem sua época, sem estabelecer qualquer relação entre essas representações e aquilo que as suscitou no real. Esse movimento indispensável de vaivém entre o mental e o social muitas vezes provoca uma simples substituição, o ocultamento do universo social por detrás do universo mental. O olhar dirige-se para a longa duração que não exclui as descontinuidades, embora estas integrem-se raramente no conjunto social global. (DOSSE, 2003, p. 300)

No Brasil, Ciro Flamarion Cardoso (CARDOSO; VAINFAS, 1997) não poupou palavras ao escrever que os historiadores do mental retratavam o apenas o periférico, esquecendo-se da história total e de explicações justificadas no contexto histórico.

Jacques Le Goff, ao defender seu campo de estudo das críticas, faz um alerta aos seus colegas: “O cotidiano só tem valor histórico e científico no seio de uma análise de sistemas históricos, que contribuem para explicar seu funcionamento” (CARDOSO; VAINFAS, p. 140).

Outra crítica relacionada ao âmbito das mentalidades é o uso excessivo da longa duração por seus historiadores; faziam da mentalidade algo tão diluído no tempo que as mudanças das mesmas tornavam-se imperceptíveis. Vovelle (CARDOSO; VAINFAS, 1997) revela o perigo da inércia e da ausência explicativa para as mutações da sociedade.

Mas nem só de críticas viverá a história das mentalidades; Vainfas (1997) credita a mesma a importância de se ainda ter a interdisciplinaridade na historiografia, lembrando que, para os pais da Escola do *Annales*, esse quesito foi um dos principais postulados.

Não obstante, essa terceira geração determinou o fim da crença cega no progresso; não estuda-se mais a história buscando ver o fio condutor da evolução da humanidade. Busca-se

agora a cultura, busca-se a mentalidade, a compreensão dessas da mesma forma que um antropólogo analisa seu objeto de estudo. Para mais do que isso: o homem da atualidade busca na história uma reflexão filosófica “[...] mas situando-os na duração e no obstinado recomeçar das empresas humanas” (ARIÈS, 2005, p. 219).

O conceito da mentalidade (ARIÈS, 2005) serviu para dilatar o território do historiador. A história tange tudo àquilo que é perceptível ao observador social. Essa historiografia é um retorno ao antigo domínio uma vez que utiliza fontes já estudadas para encontrar uma nova perspectiva, com outro enfoque:

O historiador busca as chaves das estratégias comunitárias, dos sistemas de valor, das organizações coletivas, isto é, de todas as condutas que constituem uma cultura rural ou urbana, popular ou elitista (ARIÈS, 2005, p. 228).

CONCLUSÃO

Pode-se compreender as mentalidades através da síntese ou da análise. Claro, é difícil entender uma cultura que está distante no tempo. Busca-se através das semelhanças, isto é, das permanências ou através das diferenças que dão à mentalidade estudada a condição de particularidade tornando-a original.

Não devemos nos esquecer contudo que “[...] é em relação à nossa mentalidade contemporânea que uma cultura se apresenta como diferente para nós” (ARIÈS, 2005, p. 231).

O corte temporal dos historiadores das mentalidades são os longínquos, seja pelo fato da corrente positivista não ter-se adentrado nesse recorte ou pelo próprio distanciamento temporal que provoca uma melhor análise do objeto. Para tanto, o mesmo então lança mão de ferramentas da psicologia e etnologia para fazer seu estudo:

Assim, o passado, o tempo da diferença, se aproxima de nós, tornando-se cada vez mais difícil ignorá-lo, do mesmo modo que não nos é mais possível ignorar a arte negra, a arte índia ou a arte pré-colombiana: ela nos queima os dedos (ARIÈS, 2005, p. 233).

Através dessa discussão bibliográfica observou-se as mutações e vertentes da história das mentalidades no seio historiográfico, suas maiores críticas foram ressaltadas e suas qualidades defendidas por aqueles que a utilizam como auxílio em seus estudos.

A influência desse campo na atualidade mostra-se cada vez mais visível até porque, nossa atual sociedade, busca o psíquico e não somente uma história econômica ou política.

Entender a complexidade do imaginário e da mentalidade de nossos antepassados faz-nos compreender a sua história e suas lutas; faz-nos

enxergar homens que antes não teriam sua história relatada.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 207-240.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos *Annales* à Nova História. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

LANGLOIS; SEIGNOBOS. Introdução aos Estudos Históricos. São Paulo: Ed. Renascença, 1944.

VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 127-164)

WHITE, Hayden. “O texto histórico como artefato literário”. In: **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.